



El. 033

MUNICÍPIO DE TAROUCA
CÂMARA MUNICIPAL

ATA NÚMERO 37/2021-25 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAROUCA DE 9 DE MARÇO DE 2023

Aos nove dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e três, nesta cidade de Tarouca, edifício dos Paços do Município, Salão Nobre das reuniões, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara, Valdemar de Carvalho Pereira, com a assistência da Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira, Luísa Maria de Sousa Teixeira Ramos e a presença dos Senhores Vereadores José Damião Lopes Guedes de Melo, Dina Maria de Almeida Tomé, Susana Cristina Sarmiento Gouveia de Assunção e Afonso Manuel Batista Dias, teve lugar a trigésima sétima reunião desta Câmara Municipal, no mandato autárquico de dois mil e vinte e um - dois mil e vinte e cinco.

O Senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião pelas dez horas.

Deu conhecimento da comunicação escrita, enviada pelo Senhor Vereador José António Amaro Nunes, vereador eleito pela lista do Movimento de Cidadãos Amar Tarouca, e recebida ontem por correio eletrónico, informando que, ao abrigo do disposto nos artigos 78º, nº2 e 79º da Lei nº 169/99, de 18.09, será substituído por Dina Maria de Almeida Tomé, cidadã imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista candidata à Câmara Municipal de Tarouca, na reunião do Executivo agendada para o dia de hoje, em virtude de se encontrar impossibilitado profissionalmente.

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR

Passou-se de imediato à apreciação da minuta da ata número trinta e seis da reunião desta Câmara Municipal de vinte e três de fevereiro findo, a qual foi deliberado por unanimidade aprovar, sem alterações.

A Senhora Vereadora Dina Maria de Almeida Tomé não participou na votação da ata por não ter estado presente naquela reunião.

Verificando-se que há público presente, o Senhor Presidente da Câmara deu início ao

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presente o Senhor Vasco Ferreira, residente em Mondim da Beira, acompanhado de um grupo de seis pessoas, no seguimento da sua intervenção aquando da última sessão da Assembleia Municipal sobre a Área Empresarial de Tarouca, acompanhado de alguns vizinhos, informando que outros não puderam comparecer por motivos de trabalho.

Disse que a empresa "Granitos Lamecenses, Lda" pretende ali instalar uma empresa de transformação de pedra natural, e teve a oportunidade de verificar in loco, numa empresa semelhante instalada em Várzea de Abrunhais, a poluição que existe na envolvente: lixo, barulho durante o dia e noite, o que é muito incomodativo para quem vive na proximidade.

Referiu o mapa de ruído do Concelho de Fornos de Algodres sobre as indústrias de exploração de pedra.

Tendo em conta que a zona onde a Área Empresarial está instalada é mista, um lado está dentro da lei e noutro está fora da lei e que o caderno de encargos e as condições de venda dos lotes, todos fazem referência que não podem ser vendidos lotes para este tipo de indústria, não compreende porque razão vai ser ali instalada aquela empresa.

Também solicitou esclarecimentos sobre a unidade industrial da empresa Macro-Frio, uma vez que não se sabe ao certo se será para tratamento de bacalhau.

Concluiu dizendo que, aqui chegados, pretendem perceber da parte da Câmara Municipal se há a possibilidade de reverter nas próximas horas a adjudicação desses lotes às empresas de cariz industrial e poluidor. Caso contrário, serão obrigados a recorrer à justiça para defender os seus interesses e direitos, pois existem naquela zona várias habitações, as pessoas investiram numa zona sossegada e bonita e agora vêm-se prejudicadas. O comércio e pequenas empresas não incomodam ninguém, mas indústrias a fazer barulho, incomodam muito, veja-se o que acontece em Várzea da Abrunhais.

Presente a Senhora Edite Campos, residente em Tarouca, que disse que este projeto já vem de há uns anos atrás, mas nunca pensou que estivesse prevista a instalação de uma empresa de transformação de pedra e sendo assim sente-se prejudicada como residente.

Reiterou que a instalação de uma pedreira naquele local lesa-a a si e aos seus vizinhos.

Concluiu dizendo que há uns anos atrás lhe calhou em sorte, o terreno sito naquele local, perguntou quais eram as condições e parou com a vontade de construir. Mais tarde, o Senhor Dr. João Paulo Simões assegurou-lhe que nunca seria zona de construção industrial e decidiu fazer ali a sua casa.

Presente o Senhor João Morais Luis, residente em Tarouca, que disse que as estéticas são modernas. Considera que de noite não é muito conveniente que as máquinas estejam em laboração, mas todos precisam de viver.

As máquinas de granito se tiverem painéis de proteção não prejudicam.

Disse que nem é contra, nem é a favor, mas considera justo que haja progresso.

A Senhora Edite Campos disse que também concorda que haja progresso, contudo os moradores naquela zona vão ter uma empresa poluidora a poucos metros e se eles fizerem um poço para abastecimento próprio ficam os outros sem água.

O Senhor Presidente da Câmara, em resposta, disse o seguinte: "Tal como já tive oportunidade de dizer na sessão da Assembleia Municipal, compreendo a vossa preocupação. Aquele local já existe como área industrial há mais de 30 anos. Em



Fl. 034

MUNICÍPIO DE TAROUCA
CÂMARA MUNICIPAL

2017, o PDM esteve em discussão pública e ninguém se manifestou sobre essa finalidade.

A responsabilidade de verificar se a empresa cumpre os requisitos cabe à Câmara Municipal e às entidades externas que emitem pareceres e isso terá de ser cumprido.

O licenciamento camarário só é passado depois de serem recebidos todos os pareceres. Quando os projetos entrarem serão analisados e o licenciamento cumprirá a lei. Vamos estar atentos e vocês também devem estar atentos.

As fábricas trabalham no interior, nada no exterior, mas não quero ser eu a dizer o que é que vai acontecer na fase do licenciamento.”

O Senhor Vasco Ferreira disse que aquela área não é considerada apenas industrial, o PDM diz claramente que se situa em área florestal, de vocação agrícola e industrial. Em relação à consulta pública do PDM, muitas das alterações não foram feitas por impulso das pessoas, foram feitas por impulso de quem está à frente do Município, o que deveria ter acontecido nesta zona.

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que várias pessoas reclamaram durante o período de discussão pública do PDM e foram efetuadas algumas alterações, de acordo com a lei. Lembrou que a Câmara Municipal aprovou, por volta de 2011, uma zona industrial em Várzea da Serra que deu em nada.

A Senhora Vereadora Dina Maria de Almeida Tomé disse o seguinte:

“Lembrar que temos de aceitar, se a mudança for para melhor. A Variante é uma entrada para a nossa cidade e é triste que no meio de uma paisagem que é única e belíssima, apareça uma zona industrial.

Por mais cuidado que se tenha, haverá sempre barulhos, lixos e a paisagem descaracterizada.

Daí que é importante que as zonas empresariais se localizem fora da cidade.

E nós, em pleno século XXI, estamos a fazer o contrário, trazendo para dentro da cidade esse tipo de empresas.

Nós podemos sempre mudar os planos. E se não pudermos mudar devemos ter muito cuidado para minorar o aspeto negativo. Um armazém não vai incomodar quem mora no local.

As pessoas investiram ali porque gostam de morar num local calmo, ouvir os passarinhos, o que não é legítimo é que se deite por terra os sonhos das pessoas.

A nossa qualidade de vida e a nossa paisagem serão sempre o que temos de melhor.”

Terminado o período de intervenção do público, o **Senhor Presidente da Câmara** deu início ao

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias disse que começou a frequentar a Piscina Coberta de Tarouca, onde

constatou a existência de infiltrações, que é necessário reparar, o que solicita, porque além de feio, prejudica quem utiliza este equipamento.

O Senhor Presidente da Câmara disse que têm procedido a vários trabalhos de manutenção, mas tem sido difícil de encontrar uma solução definitiva por causa da condensação.

A Senhora Vereadora Dina Maria de Almeida Tomé ditou para a ata a seguinte intervenção:

"1º Queria perguntar se depois da requalificação das nossas Zonas Ribeirinhas já alguma reúne as condições/requisitos para ser considerada praia fluvial, até porque o investimento foi significativo e hoje as praias fluviais no interior são muito procuradas e fator de atratividade turística e de grande importância para a promoção dos territórios.

Relembrar o Senhor Vice-Presidente que, na reunião de 2 de junho de 2022, alertou o Executivo camarário para a necessidade de colocar placas informativas, por uma questão de precaução, proibindo os banhos na zona ribeirinha e que o Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo, na ata da referida reunião, informou que já haviam sido compradas as placas com essa indicação de modo a retirar a responsabilidade do Município por eventuais danos que pudessem ocorrer e que até ao momento não se verificou a colocação de qualquer placa.

2º Em relação à Bolsa de Turismo de Lisboa, pelo menos é o segundo ano consecutivo em que participamos.

Qual o balanço da participação do Município na Bolsa de Turismo de Lisboa?

Já participou no ano anterior e, por isso, queria saber qual a vossa avaliação e que mecanismos utilizaram para aferir o impacto da mesma na divulgação do nosso território e dos seus produtos, para que se possa aferir se a estratégia utilizada está a surtir o efeito desejado ou se há necessidade de reformular.

Queria que me fornecesse dados concretos sobre a participação na Bolsa de Turismo de Lisboa, designadamente, se houve aumento de visitantes, aumento de buscas sobre o nosso território; aumento de vendas e procura dos nossos produtos.

Se até agora não foi feita nenhuma avaliação, a participação na BTL não passa de um passeio à capital sem impacto e sem intenção.

3º Relativamente aos Bungalows de Santa Helena, foi para mim uma surpresa, pouco agradável, que só agora, um ano após a inauguração, estejam a pensar na forma de exploração dos mesmos.

O que indica que não foi feito nenhum estudo de viabilidade para avaliar se o projeto poderia ou não dar certo, analisar



Fl. 035
[Handwritten signature]

MUNICÍPIO DE TAROUCA
CÂMARA MUNICIPAL

a praticidade do mesmo para verificar se valeria a pena avançar com ele.

Mais uma vez faz-se obra só por fazer e só depois dela feita é que se tenta arranjar utilidade ou forma de exploração da mesma.

O mesmo aconteceu com o campo de minigolfe, que já começa a dar sinais de deterioração sem ter tido nenhuma utilização ou sequer estar em funcionamento.

Finalmente, candidaturas ao Programa Condomínios de Aldeia, houve alguma?

As candidaturas eram com financiamento a 100% e seriam uma excelente oportunidade, ao nível da agricultura e uma importante forma de mudarmos e de promovermos e nosso território."

O Senhor Presidente da Câmara, em resposta, disse que as Zonas Ribeirinhas de Tarouca, Mondim da Beira e Ucanha, não estão pensadas como praias fluviais.

Quanto à Bolsa de Turismo de Lisboa, felicitou o Senhor Vice-Presidente pelo excelente trabalho que fez. Foi lá para promover e divulgar o nosso território, durante vários dias junto das empresas e o número de visitas ao nosso território tem aumentado devido à BTL. Parabéns.

Por fim, quanto aos Bungalows de Santa Helena, na candidatura destinam-se a apoiar as atividades desportivas de Motocross, Downhill, religiosas e a partir daí está em estudo a melhor forma de dinamizar a respetiva exploração.

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo disse o seguinte:

"Tarouca participa na BTL de Lisboa desde 2014, não é apenas há 2 anos.

O turismo e visitantes estão a crescer a olhos vistos, e os dados são os da bilheteira no Mosteiro de S. João de Tarouca: em 2014 emitiu 3000 bilhetes e em 2021 emitiu mais de 37.000 bilhetes. Isto demonstra muito bem o impacto deste tipo de eventos.

Tarouca tem tido um aumento muito considerável do número de visitantes.

Temos mais unidades de alojamento (passamos de 3 para 24), isso significa que há negócio e procura.

Ao nível da restauração, os empresários locais o que dizem é que nunca tiveram tanta procura como agora, incluindo por exemplo nos meses de janeiro e fevereiro que este ano contrariaram a tendência, tudo registado muita procura.

A BTL são cinco dias muito pesados, nos dois primeiros dias estamos a reunir com agentes de turismo, está fechado ao público.

Em termos estratégicos, esta é uma estratégia que a CIMDouro tem vindo a desenvolver com os dezanove municípios, para nos apresentarmos como um território único.

Hoje o turismo não é só o turismo de visita, é também o turismo de experiências, que temos vindo a divulgar na BTL. Quanto às placas nas zonas ribeirinhas, na verdade foram pedidas, só que a Agência Portuguesa do Ambiente obriga-nos a colocar umas placas tipo, que desaconselham a tomar banho, que considero serem um pouco rígidas demais para o que estamos a falar.

Programa Condomínios de Aldeia: avançamos com duas candidaturas na 1ª fase e vamos avançar com outras na 2ª fase.

As candidaturas estão a ser validadas, mas a verba existente não chega para todos os interessados (só 25 beneficiários é que verão a sua candidatura aprovada). Há uma dúvida grande sobre a decisão de aprovação, mas nós não deixaremos de apresentar o projeto.

Terminado o período de antes da ordem do dia, o **Senhor Presidente da Câmara** deu início à discussão da seguinte:

ORDEM DO DIA

PONTO 1 - Santa Casa da Misericórdia de Tarouca - pedido de apoio destinado à obra de ampliação da creche

PONTO 2 - Ratificação da isenção do pagamento da seguinte licença:

a)- Associação "Clube Motorizado de Tarouca" - licença para a realização da prova desportiva de Motocross/Quadrocross.

PONTO 3 - Apoios concedidos a entidades e organismos legalmente existentes, com vista à prossecução de obras e eventos de interesse para o município, bem como às freguesias - informação do Senhor Presidente da Câmara

PONTO 4 - Apoios concedidos para atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município - informação do Senhor Presidente da Câmara

PONTO 5 - Resumo diário da tesouraria

PONTO 1 - SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE TAROUCA - PEDIDO DE APOIO DESTINADO À OBRA DE AMPLIAÇÃO DA CRECHE

Presente o ofício número sessenta e oito/dois mil e vinte e três, datado de vinte e quatro de fevereiro findo, remetido pela Santa Casa da Misericórdia de Tarouca, solicitando a atribuição de um subsídio destinado à obra de ampliação da creche, no valor de € 704.038,69, a qual tem como objetivo o aumento da capacidade desta resposta social de 66 para 110 utentes e terá uma comparticipação dos fundos comunitários de €415.817,87.

Verificou-se que o presente ofício vem acompanhado de cópia do contrato de adjudicação da empreitada.

O Senhor Presidente da Câmara, atendendo às disponibilidades financeiras do Município e à importância deste investimento, propôs a atribuição de um apoio no valor total de € 150.000,00, sendo € 75.000,00 em 2023 e € 75.000,00 em 2024.



MUNICÍPIO DE TAROUCA
CÂMARA MUNICIPAL

A Senhora Vereadora Dina Maria de Almeida Tomé disse o seguinte:

"O tempo resolve os problemas. A ampliação da creche é uma necessidade, mas também me parece que há alguma irresponsabilidade.

O Senhor Provedor diz que iniciou a obra sem ter qualquer financiamento. Como é que alguém iniciou uma obra assim? Ou já tinha como certo o apoio do Município ou então isto é uma irresponsabilidade."

O Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias disse o seguinte:

"Este pedido já terá sido provavelmente falado entre o Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Provedor da Misericórdia. Não haveria outras soluções para resolver o problema que não fosse avançar com estas verbas?

Estou a falar em relação ao Centro Escolar e ao Jardim de Infância, que estiveram sobrelotados e hoje já há lá espaço a mais.

Porque isto torna-se recorrente. A cada reunião deste Executivo são-nos apresentados pedidos de apoio das instituições particulares de solidariedade social e não estamos a falar de pequenos apoios.

Anteriormente a Santa Casa da Misericórdia de Tarouca já pediu e recebeu € 60.000,00. Agora são mais € 150.000,00, quando haveria outras soluções para apoiar, até com a recuperação de outros equipamentos devolutos, que seria bastante mais fácil colocá-los em funcionamento, em vez de avançar para obras de cerca de um milhão de euros."

O Senhor Presidente da Câmara disse o seguinte:

"Com certeza que gostaríamos que não fosse necessário dar este apoio, mas a Santa Casa precisa de cerca de € 222.000,00.

Fazer uma creche numa escola não é a melhor solução e mesmo assim as valências não ficam juntas.

Se a Santa Casa da Misericórdia tivesse outros edifícios até concordava. Neste momento não tem e, por isso, tiveram que recorrer a esta solução.

De qualquer modo para a obra que é, o esforço financeiro não é excessivo, pois se há uma candidatura e podem receber um apoio a fundo perdido, deve ser apresentada e aproveitado o financiamento."

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo disse o seguinte:

"Na minha opinião, a obra não iniciou sem qualquer disponibilidade financeira, há uma candidatura aprovada, por isso há planeamento e não falta de responsabilidade, até porque o Senhor Provedor sempre defendeu que não havendo financiamento comunitário teria que se encontrar outros meios, recorrendo a um empréstimo.

A questão do financiamento da obra no seu todo acredito que nunca esteve aqui em causa, até porque está assegurada a participação de 85% proveniente dos fundos comunitários, o que significa que só está aqui a ser discutida a contrapartida da Santa Casa da Misericórdia.

Por outro lado, não se compreende porque é que neste tipo de obra o IVA não é financiado e, por consequência, a Santa Casa da Misericórdia paga 15%, mais os 23%.

Penso que devemos garantir às instituições particulares de solidariedade do concelho que lhes damos o apoio necessário, porque são instituições que fazem falta às pessoas.

O nosso Governo tem-se vindo a alhear de uma competência que é sua e há pelo menos 14 anos não aumenta as participações, o que é um contrassenso face aos custos atualmente suportados, com salários e bens essenciais."

A Senhora Vereadora Susana Cristina Sarmento Gouveia de Assunção disse o seguinte:

"Reforçar o que disse o Senhor Vice-Presidente da Câmara: esta é uma obra socialmente útil, porque houve um aumento das inscrições após a decisão de Governo fixando a gratuitidade das creches, mesmo da parte de quem pode tomar conta dos filhos em casa.

E agora há famílias com dois progenitores que trabalham e não têm lugar na creche.

É uma decisão que é de louvar, porque é uma medida socialmente útil no nosso Concelho."

O Senhor Presidente da Câmara disse ainda o seguinte:

"Sobre o edifício que encerrámos, tenho o número de alunos que frequentavam naquela época a creche.

Nessa altura, a lotação da Santa Casa da Misericórdia dava para albergar todos.

Ao decidirmos abrir o CAO, realizámos o sonho de muita gente. Foi das melhores obras que fizemos até hoje. Vejo como os pais estão satisfeitos com o que ali fizemos."

A Senhora Vereadora Susana Cristina Sarmento Gouveia de Assunção, a propósito, disse que recentemente se realizou um torneio de Boccia com jovens que frequentam o CAO e que de outra forma não teriam acesso a este tipo de atividades por não estarem próximos.

Discutido o assunto, foi deliberado, por maioria de quatro votos a favor e um voto contra da Senhora Vereadora Dina Maria de Almeida Tomé:

1º atribuir à Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Tarouca um apoio financeiro no montante de € 75.000,00, no corrente ano, destinado a participar a execução da obra de ampliação da creche, por se tratar de uma resposta social de interesse municipal, e incluir no Plano de Atividades Municipal, para o ano de 2024, um apoio de € 75.000,00, para



Fl. 037

MUNICÍPIO DE TAROUCA
CÂMARA MUNICIPAL

a mesma finalidade (alínea o) do n.º1 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º75/2013, de 12.09);

2.º aprovar a minuta da do protocolo a celebrar.

A Senhora Vereadora Dina Maria de Almeida Tomé ditou para a ata a seguinte declaração de voto:

"Voto contra porque considero que este valor é excessivo e porque, como disse o Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo, que conhece as contas da Santa Casa da Misericórdia, há margem de manobra para pedirem um empréstimo.

A Santa Casa da Misericórdia deveria pedir um empréstimo e só se não tivesse essa possibilidade deveria então pedir o apoio.

Dá ideia que a Santa Casa da Misericórdia avança, contando com o Município e não me parece justo, sendo tanto dinheiro."

PONTO 2 - RATIFICAÇÃO DA ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE LICENÇA

Foi deliberado por unanimidade ratificar a isenção do pagamento de taxas, no montante total de € 23,16 (vinte e três euros e dezasseis cêntimos), seguinte licença:

a)- Associação "Clube Motorizado de Tarouca" - licença para a realização da prova desportiva de Motocross/Quadrocross (alínea a) do n.º2 do artigo 5.º do Regulamento de Taxas Municipais).

PONTO 3 - APOIOS CONCEDIDOS A ENTIDADES E ORGANISMOS LEGALMENTE EXISTENTES, COM VISTA À PROSECUÇÃO DE OBRAS E EVENTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO, BEM COMO ÀS FREGUESIAS - INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA

Presente a seguinte informação do Senhor Presidente da Câmara que a seguir se transcreve:

"Apoios concedidos a entidades e organismos legalmente existentes, com vista à prossecução de obras e eventos de interesse para o Município, bem como às freguesias (alínea o) do n.º1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09)

Período de 18.02.2023 a 03.03.2023

Informação nos termos do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º75/2013, de 12 de setembro:

• **Freguesia de Salzedas**

1. Total: 1.443,07

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção), para o Cemitério Paroquial de Salzedas.

• **União de Freguesias de Gouviães e Ucanha**

Total: € 571,66

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção), para a Capela Mortuária de Ucanha.

Tarouca, 03 de março de 2023

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar Pereira de Carvalho".

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade ratificar os apoios concedidos.

PONTO 4 - APOIOS CONCEDIDOS PARA ATIVIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO - INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA

Presente a seguinte informação do Senhor Presidente da Câmara que a seguir se transcreve:

"Apoios concedidos para atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município (alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09)

Período de 18.02.2023 a 03.03.2023

Informação nos termos do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

• **Associação DH Tarouca**

Total: € 300,00

Finalidade: Apoio em espécie (alojamento), aquando da 1.ª Taça de Portugal de Downhill, realizada em Tarouca nos dias 25 e 26 de fevereiro de 2023, conforme protocolo assinado em 22/02/2023.

Tarouca, 03 de março de 2023

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar Pereira de Carvalho"

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade ratificar os apoios concedidos.

PONTO 5 - RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA

Presente o resumo diário da tesouraria número trinta e nove, de oito de março corrente, o qual apresenta um saldo de dotações orçamentais no montante de € 162.190,33 (cento e sessenta e dois mil e cento e noventa euros e trinta e três cêntimos) e um saldo de dotações não orçamentais no montante de € 286.364,72 (duzentos e oitenta e seis mil e trezentos e sessenta e quatro euros e setenta e dois cêntimos).

Foi tomado conhecimento.

Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente da Câmara** declarou encerrada a reunião pelas onze horas, da qual se lavrou a presente ata.

E eu, *Luís Manuel Santos Pereira*, Chefe de Divisão, a subscrevi.